



CARTA AOS CANDIDATOS AO CONSELHO TUTELAR

O Sepe-RJ informa à comunidade escolar das escolas estaduais e municipais do Rio de Janeiro sobre um importante evento que ocorrerá dia 6 de outubro: neste dia, será realizada, em todo o País, a eleição para o cargo de conselheiro tutelar. Criados nos anos 90, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar é um órgão paritário, permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e composto por membros da sociedade civil eleitos pela população.

Ao todo, o município do Rio de Janeiro tem 19 conselhos tutelares espalhados pela cidade, além dos conselhos nas demais regiões do estado. Cada Conselho Tutelar é formado por um grupo de cinco pessoas, eleitas pela população local, para um

mandato de quatro anos, permitida a reeleição. Podem votar todas as pessoas que já tiverem completado 16 anos de idade.

As eleições são organizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), outro organismo paritário que conta com a participação de representantes da sociedade.

A eleição para o Conselho Tutelar é muito importante e cabe à sociedade organizada, incluindo os sindicatos, fortalecer e garantir a pluralidade de ideias e o debate em torno das candidaturas, principalmente tendo em vista a complexidade da sociedade no estado do Rio; dessa forma, não podemos permitir que esse fundamental espaço seja dominado por grupos com uma única linha de pensamento.

CONHEÇA AS PROPOSTAS DO SEPE-RJ

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação-RJ (Sepe-RJ) orienta os profissionais de educação e os demais segmentos da comunidade escolar a apoiarem as candidaturas identificadas com a nossa atuação junto às escolas públicas estadual e municipais do Rio de Janeiro. A seguir, nossos principais eixos de luta:

- Defesa do ensino público de qualidade;
- Defesa do fortalecimento da EJA;
- A favor da descentralização das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas;
- Contra o projeto "Escola Sem Partido";
- Contra a diminuição da maioria penal;
- Contra o aumento do tempo de internação do adolescente;
- Contra o desmonte do sistema de proteção integral das crianças e adolescentes;
- Contra o rebaixamento da legislação de proteção integral das crianças e adolescentes.
- Contra o fechamento de turmas, turnos e escolas;
- Fim das ações policiais em horário de entrada e saída de estudantes;
- Contra o machismo, racismo e a homofobia e contra qualquer forma de discriminação;
- Reuniões regulares descentralizadas pelas regionais com os conselhos tutelares visando construir políticas comuns de defesa da qualidade da educação e dos direitos da criança e do

adolescente. Buscar a parceria de outras entidades como Sinpro, Sindpfaetec, sindscope e outras;

- Pleitear a presença do tema dos conselhos tutelares e do ECA nos currículos escolares através de cartilhas didáticas, debates com a comunidade e "semanas do conselho tutelar" nas unidades escolares;

- Lutar pelo estabelecimento de uma política intersetorial na prefeitura na relação com os conselhos tutelares;

- Lutar pela melhoria da estrutura e do funcionamento dos conselhos tutelares;

- Lutar pela criação de polos das CRES em regiões distantes da sede de tais coordenadorias;

- Lutar pela implantação de novos Conselhos Tutelares de acordo com a lei aprovada (Lei 5232/2011);

- Repudiar a tentativa do governo federal de autorizar o porte de armas para os conselheiros tutelares;

- Realizar junto com outras entidades uma campanha de esclarecimento da importância dos conselhos tutelares, incentivando a participação da sociedade no processo eleitoral através da escolha de candidatos comprometidos com uma sociedade justa, igualitária, plural, defensora dos direitos humanos;

- Lutar por uma política de inclusão das crianças e dos jovens com deficiência, lutando pelo direito à sensibilidade e à mediação.